

CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

Relatório de Auditoria nº 006/2019 Institucional Período: 1/01/2018 a 31/12/2018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INSTITUCIONAL

Aos Membros da Diretoria da CESE-Coordenadoria Ecumênica de Serviço e Agências de Cooperação do Projeto Institucional

Opinião

Examinamos os relatórios financeiros de prestação de contas dos Projetos referentes ao período compreendido de 1 de julho a 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações contábeis da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Período, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

Em nossa opinião, os relatórios financeiros e contábeis acima referidos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, em especial as NBC TA 800 e 805, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as normas internacionais de auditoria emitidas pela IFAC - Federação Internacional de Contadores. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria dos relatórios financeiros e contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelos relatórios financeiros de prestações de contas e as demonstrações contábeis

A administração da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço é responsável pela elaboração e adequada apresentação desses relatórios financeiros e dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de relatórios financeiros e contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração dos relatórios financeiros de prestações de contas e dos relatórios contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dos relatórios financeiros e contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria dos relatórios financeiros e as demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que os relatórios financeiros de prestações de contas e as demonstrações contábeis tomados em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nos referidos relatórios financeiros e contábeis.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nos relatórios financeiros de prestações de contas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nos relatórios financeiros e contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos

De acordo como os resultados de nossos exames de auditoria, especificamente no concerne ao projeto ora auditado, concluimos que:

- 1) Os fundos recebidos foram utilizados exclusivamente nas finalidades do projeto de acordo com o Contrato de Parceria;
- 2) O relatório financeiro de prestação de contas ora auditado é um testemunho verdadeiro e justo relativamente à documentação de receitas e de despesas do Projeto;




- 3) As demonstrações contábeis, o livro contábil Razão e o Balancete, foram devidamente apresentados para a auditoria.

Devido ao caráter confidencial do propósito deste trabalho, este relatório de auditoria somente deve ser utilizado pela CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, não podendo ser divulgado ou referenciado por qualquer outra forma, sem prévia autorização das organizações acima referidas.

Recife, 26 de março de 2019.

~~ARV-Audidores e Consultores Independentes Ltda.~~
Registrada no CRC/PE sob n ° 706.



Cleide Maria Leite
CPF nº 371.289.304-34
CRC nº 017.413/O-PE
IBRACON nº 4975
CNAI nº 4849

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes - Institucional.....	02
I. Introdução.....	05
II. Aspectos Legais.....	06
III. Aspectos Tributários.....	07
IV. Situação Econômica e Financeira.....	09
V. Controles Administrativo, Contábil e Patrimonial.....	14
VI. Recursos Humanos.....	16

ANEXOS:

- I. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Período, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas - 31/12/2018.
- II. Relatório Financeiro Institucional, Detalhes de Gastos e Receita X Gastos X Fontes de Recursos - 31/12/2018.
- III. Certidão de Regularidade Profissional - Controle nº 3507.3821.3821.4135.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 006/2019

ENTIDADE: COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO - CESE
INSTITUCIONAL: DIVERSAS AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO
PERÍODO: 1/07/2018 A 31/12/2018.

I. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir os resultados dos trabalhos de auditoria relativa ao segundo semestre do exercício de 2018, realizados no período de 18 a 22 de março de 2018, sobre os livros e relatórios contábeis e financeiros da **Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE**. Os relatórios contábeis e financeiros examinados foram preparados sob a responsabilidade da administração da CESE, cabendo à auditoria expressar opinião se os mesmos representam a posição financeira e patrimonial da Instituição, bem como se os recursos recebidos foram aplicados nos itens propostos, de conformidade com o orçamento do projeto aprovado.

A auditoria abordou as questões de natureza legal e societária, que envolvem aspectos de legalização institucional; aspectos tributários; questões de natureza administrativa, contábil e financeira, aspectos de controles contábeis, financeiros, administrativos e elaboração dos relatórios financeiros de prestação de contas; e, ainda, a área de recursos humanos, no que tange aos aspectos de ordem legal e trabalhista. A apresentação deste relatório de auditoria está organizada através da exposição dos seguintes tópicos:

- II. **Aspectos Legais** – Enfoca-se a situação jurídica interna e externa da Entidade;
- III. **Aspectos Tributários** – Enfoca-se o cumprimento do estabelecido na legislação pertinente em vigor;
- IV. **Situação Econômica e Financeira** – Aborda-se a movimentação financeira da Instituição, dos projetos em particular, e os relatórios financeiros de prestação de contas;
- V. **Controles Administrativo, Contábil e Patrimonial** – Analisam-se as questões de controles internos da Entidade para as áreas abordadas;
- VI. **Recursos Humanos** – Abordam-se as questões inerentes ao quadro de pessoal e sobre os recursos dos projetos examinados em cumprimento das normas trabalhistas;



II. ASPECTOS LEGAIS

Abordam-se, neste tópico, as questões referentes à situação da Entidade diante da legislação vigente, sob as óticas institucional e externa.

1. Situação Jurídico-Institucional.

A **Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.589.270/0001-21, está devidamente legalizada e com seus cadastros e licenças atualizados, atendendo as exigências legais pertinentes, vigentes no país.

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, válido até 22 de agosto de 2021. Teve seu pedido de Renovação de Certificação deferido pelo Ministério das Cidades através do Ofício nº 163/2019-CCEB/CGCEB/DRSP/SNAS/MC de 1 de março de 2019.

2. Da atual Diretoria da Entidade.

A atual diretoria da CESE foi eleita em Assembléia Geral Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2018, para o mandato do triênio 2018/2021. A composição atual é a seguinte:

Diretoria Institucional

Presidente	Pe. Marcus Barbosa Guimarães (ICAR)
Vice-Presidente	Pra. Helivete Ribeiro Pinto Bezerra (ABB)
1º Tesoureiro	Pr. Renato Küntzer (IECLB)
2º Tesoureiro	Dom João Câncio Peixoto Filho (IEAB)
1º Secretário	Presb. José Augusto Amorim Cunha Jr. (IPU)
2º Secretária	Presb. Eleni Rodrigues Mender Rangel (IPIB)

Conselho Fiscal

Efetivo	Josileide José dos Santos (ABB)
Efetivo	Júlia Tais Campos Ribeiro de Oliveira (ICAR)
Efetivo	Pra. Célia Gil Pereira (IECLB)
Suplente	Presb. Wertson Brasil de Souza (IPU)

3. Da Gestão Administrativa

A administração da **Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE** é estruturada conforme demonstrado acima, e a unidade de gestão de atividades é centralizada no escritório sede em Salvador na Rua da Graça, 164 - Graça, Salvador – BA.

São responsáveis pela movimentação financeira das contas correntes bancárias, a Diretora Executiva Sônia Gomes Mota, o Coordenador Administrativo Financeiro Daniel Musse Pereira e o Supervisor de Projetos Antônio Dimas Galvão, sempre duas assinaturas em conjunto, conforme procuração datada de 8 de junho de 2018, passada no 10º Tabelionato de Notas – Salvador – BA, com validade até 31 de julho de 2021.



III. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Neste tópico, trata-se sobre a situação da Entidade no que se refere aos aspectos tributários, enfatizando os tributos e as obrigações acessórias a ela pertinentes.

1. Obrigações Acessórias

1.1. Escrituração Contábil Fiscal – ECF

A Escrituração Contábil Fiscal – ECF referente ao ano base 2017 foi transmitida à Secretaria da Receita Federal em 17/07/2018. Para o ano-fiscal de 2018, o prazo de entrega da ECF termina em 31 de julho de 2019.

1.2. Escrituração Contábil Digital – ECD

A Escrituração Contábil Digital – ECD referente ao ano base 2017 foi transmitida à Secretaria da Receita Federal em 29/05/2018, conforme recibo apresentado. Para o ano-fiscal de 2018, o prazo de entrega da ECD termina em 31 de maio de 2019.

1.3. Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF

A Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, do ano-calendário de 2018, foi encaminhada à Receita Federal do Brasil em 27/02/2019.

1.4. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do ano-calendário de 2018, foi encaminhada ao Ministério do trabalho em 26/03/2019.

1.5. Declaração de Contribuição e Tributos Federais – DCTF

A Declaração de Contribuição e Tributos Federais – DCTF, do mês de dezembro de 2018 foi encaminhada a Receita Federal do Brasil em 18/02/2019.

1.6. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social)

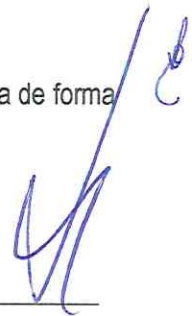
A primeira etapa do calendário do e-Social foi transmitida tempestivamente, com o cumprimento dos prazos para as entregas dos arquivos eletrônicos S-1000 -1005 -1010.

Concluimos que a Entidade se encontra em situação regular quanto às obrigações tributárias acessórias.

2. Tributos

2.1. Imposto de Renda Retido na Fonte

Na amostra observada, constatamos que a retenção do Imposto de Renda Pessoa Física está sendo realizada de forma correta, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente.



2.2. FGTS

Com base nas análises realizadas sobre FGTS, verificou-se que a Entidade vem mantendo seus recolhimentos regularmente.

2.3. Previdência Social

Com base nas análises realizadas sobre a Previdência Social, verificou-se que a Entidade vem mantendo seus recolhimentos regularmente.

Em relação à contribuição de previdência patronal, informa-se que a CESE tem isenção do seu recolhimento, conforme documentação apresentada aos auditores, durante a execução dos trabalhos.

2.4. PIS – Programa de Integração Social

Em relação a esse tributo, informa-se que a CESE tem isenção do seu, conforme documentação apresentada aos auditores, durante a execução dos trabalhos.

2.5. ISS – Imposto Sobre Serviços

No período auditado, constatamos pelas amostras selecionadas, que as retenções de terceiros foram realizados em conformidade com a legislação em vigor.

A CESE passou a ter imunidade sobre o Imposto Sobre Serviços - ISS em 19 de março de 2015, de acordo com a Portaria nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Salvador, através do processo nº 33072/2014.

3. Certidões Negativas

Vêm sendo recolhidos regularmente de conformidade com a legislação vigente e as certidões negativas de débitos estão devidamente atualizadas, conforme a seguir:

Quadro I – Certidões Negativas

Certidões	Órgão Expedidor	Data da Emissão	Data de Validade	Situação
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Secretaria da Receita Federal	16/03/2019	12/09/2019	Regular
Certidão de Regularidade do FGTS-CRF	Caixa Econômica Federal	16/03/2019	5/04/2019	Regular
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	Justiça do Trabalho	16/03/2019	11/09/2019	Regular
Certidão Negativa de Débitos Tributários	Secretaria da Fazenda - BA	16/03/2019	60 dias	Regular
Certidão Negativa de Débitos Mobiliários	Prefeitura Municipal do Salvador	16/03/2019	14/06/2019	Regular
Certidão Negativa de Débitos	Prefeitura Municipal do Salvador	16/03/2019	14/06/2019	Regular

A Entidade possui o Alvará de Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal de Salvador, válido até e 31/12/2019. Quanto ao Alvará de Publicidade, devido a alteração realizada no layout da placa da fachada da CESE, encontra-se em andamento.

Conclui-se, relativamente a este tópico, com base nos testes de auditoria efetuados nas amostras documentais selecionadas, que não foram detectadas evidências de irregularidades nos controles, contabilização e recolhimentos dos tributos incidentes sobre as transações econômicas e financeiras realizadas no período examinado, e que os controles internos adotados pela CESE são considerados satisfatórios e os mesmos oferecem segurança para a boa condução operacional de suas atividades.

IV. SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Apresentam-se a posição das transações de câmbio efetuadas com recursos recebidos em moeda estrangeira, incluindo os ganhos e as perdas com variações cambiais nas trocas efetuadas, as receitas nacionais auferidas e, também, os gastos realizados durante o segundo semestre de 2018.

1. Transações de Câmbio Efetuadas – 1/07/2018 a 31/12/2018

Quadro II – CÂMBIOS – Segundo Semestre/2018

Agências	Data Chegada	Moeda Original		Taxa Chegada	Valor Chegada	Data Câmbio	Taxa Câmbio	Câmbio R\$	Variação Ativa/Passiva
		US\$/CHF	EUR						
EED/PPM – Projeto 2012.0343 G Ked-EK-37/2012 2013-2015									
Parcela 2ª 2018	12/07/18		200.000,00	4,4950	899.000,00	16/07/18	4,4950	899.000,00	0,00
Parcela 3ª 2018	11/07/18		47.000,00	4,4900	211.030,00	12/07/18	4,4900	211.030,00	0,00
Parcela 4ª 2018	27/09/18		145.000,00	4,6100	668.450,00	02/10/18	4,6100	668.450,00	0,00
TOTAL			392.000,00		1.778.480,00			1.778.480,00	0
GANSOS SELVAGENS (CHANGE THE GAME)									
5ª Parcela 2018	10/09/18		33.600,00	4,7569	159.831,84	12/09/18	4,7800	160.608,00	776,16
			33.600,00		159.831,84			160.608,00	776,16
THE FORD FOUNDATION Projeto 0145-0669									
2ª Parcela 2018	06/11/18	124.963,00		3,7150	464.237,55	08/11/18	3,7150	464.237,55	0,00
TOTAL		124.963,00	0,00		464.237,55			464.237,55	0,00
THE APPLETON FOUNDATION									
1ª Parcela 2018	09/08/18	30.000,00		3,7700	113.100,00	09/08/18	3,7700	113.100,00	0,00
TOTAL		30.000,00	0,00		113.100,00			113.100,00	0,00
MISEREOR Projetos 233-900-1340 - 233-900-1400 - 233-900-1422									
3ª Parcela	09/07/18		1.370,00	4,5418	6.222,27	12/07/18	4,4900	6.151,30	-70,97
4ª Parcela	16/07/18		19.982,00	4,4900	89.719,18	17/07/18	4,4900	89.719,18	0,00
5ª Parcela	17/07/18		33.982,00	4,4900	152.579,18	18/07/18	4,4900	152.579,18	0,00
6ª Parcela	12/12/18		19.982,00	4,3400	86.721,88	13/12/18	4,3400	86.721,88	0,00
1ª Parcela	31/12/18		37.982,00	4,4375	168.545,13				
			113.298,00		503.787,63			335.171,54	-70,97
UNIÃO EUROPEIA - Projeto DCI-NSAPDV/204/337-437									
1ª parcela	25/09/18		151.261,83	4,7150	713.199,53	25/09/18	4,7150	713.199,53	0,00
TOTAL		0,00	151.261,83		713.199,53			713.199,53	0,00
TOTAL SEMESTRE 2018		154.963,00	690.159,83		3.732.636,54			3.564.796,61	705,19

Todos os contratos de câmbios foram examinados e confrontados com os extratos bancários da instituição financeira Santander S.A, Agência 3670, conta corrente nº 13.000791-1, não sendo identificadas divergências. A partir de 2017, a instituição financeira não retém o IOF nas operações de câmbio da Entidade.

Para o segundo semestre de 2018, as doações internacionais que foram cambiadas para a moeda local representaram o montante de **R\$ 3.564.796,61**.

Para o exercício de 2018, as doações internacionais que foram cambiadas para a moeda local representaram o montante de **R\$ 6.038.971,00**, sendo:

Quadro II.2 - Câmbio Realizados em 2018

Período	Valor R\$
1º. Semestre/2017	2.474.174,39
2º. Semestre/2017	3.564.796,61
Total	6.038.971,00

2. Total dos Recursos Recebidos - 2018

Apresentam-se a o montante R\$ 7.630.825,51 referente aos recursos recebidos no Exercício de 2018, considerando as receitas nacionais e internacionais, conforme detalhado abaixo:

Quadro III - Recursos Recebidos 2018

Origem	Valor R\$
Receitas Internacionais - Cambio	6.038.971,01
Igrejas Associadas	1.650,00
Receita Financeira	231.186,30
Aluguéis e receitas patrimoniais	122.864,02
Captação Institucional	141.323,73
Receita Nacional Programa Duplo Prêmio	104.751,20
Rede de Amigos	5.220,00
EMBAIXADA NORUEGA	169.330,22
HEKS	413.633,17
U.E/ABONG	401.895,86
Total	7.630.825,51

3. Posição dos Gastos Realizados – 2018

Apresentam-se abaixo os gastos realizados no segundo semestre de 2018, por programas de trabalhos, conforme registros contábeis no livro Razão, no montante de R\$ 6.285.350,07, findo em 31/12/2018:

Quadro IV - Demonstrativo dos Gastos Incorridos – 2018

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS REALIZADOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018	
Itens	31/12/2018
I. Gestão e Fortalecimento Institucional	1.625.365,86
1. Sustento Institucional	360.965,75
2. Eventos da Gestão Institucional	73.280,44
3. Auditoria Independente	36.000,00
4. PMA da CESE	35.237,86
6. Produção de Material Didático e Informativo	10.080,00
8. Pessoal (Desp. Trabalhistas/ Encargos Sociais)	1.109.801,81
II. Serviço de Projetos	3.651.443,07
1. Apoio a Projetos	2.191.628,56
PPP	2.191.628,56
2. Acompanhamento de Projetos	26.025,98
3. Pessoal (Desp. Trabalhistas/ Encargos Sociais)	1.433.788,53
III. Diálogo e Articulação	69.675,77
IV. Serviço de Assessoria em Desenvolvimento Institucional - SADI	479.032,02
1. Assessoria	23.955,87
2. Formação	455.076,15
2.1. Atividades Diversas	100.852,04
2.2. PDI Instituto C&A	2.000,00
2.3. The Ford Foundation - 0145-0669	173.263,47
2.4. Gansos Selvagens - Change The Game	115.282,95
2.5. União Europeia - DCI - NSAPVD/2014/337-437	53.841,43
2.6 .HEKS	9.836,26



DEMONSTRATIVO DOS GASTOS REALIZADOS DE 01/01/2018 A 31/12/2018 (cont.)	
Itens	31/12/2018
V. Comunicação	445.580,81
1. Eventos	77.313,25
2. Divulgação	74.901,57
3. Pessoal (Desp. Trabalhistas/ Encargos Sociais)	162.150,43
4. Consultorias Externas	131.215,56
VI. Imobilizado	14.252,54
TOTAL	6.285.350,07

4. Relação das Contas a Receber e a Pagar em 31/12/2018

Apresenta-se a seguir, a situação dos saldos das Contas a Receber e a Pagar em 31 de dezembro de 2018, que conciliam com a posição financeira demonstrada no Livro Razão e no Balanço Patrimonial da CESE.

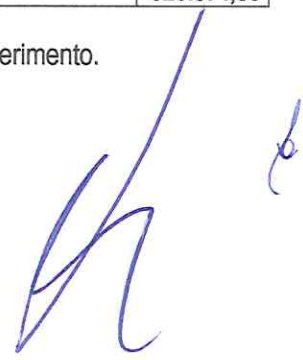
4.1. Relação das Contas a Receber

Apresentamos a seguir relação das Contas a Receber com base em 31/12/2018, no valor de R\$ 320.574,56:

Quadro V - Relação de Contas a Receber em 31/12/2018 (em Real)

Contas a Receber	Descrição	Valor
HEKS Projeto 812029	Vlr. Ref. Despesas de Passagem Aérea e Hospedagens a serem reembolsadas pelo projeto HEKS FAT. 6208/1626/21175	2.724,63
Pão para o Mundo	Crédito relativo a gastos excedentes do Projeto Pão para o Mundo	120.612,56
Misereor Projeto 2015-2018 (233.900-1340)	Crédito relativo a gastos excedentes do Projeto Misereor (233-900-1340)	88.663,70
Misereor Projeto 2015-2018 (233.900-1400)	Crédito relativo a gastos excedentes do Projeto Misereor (233-900-1400)	44.192,94
Misereor Atare Projeto 2015-2018 (233.900-1200)	Crédito relativo a gastos excedentes do Projeto Misereor (233-900-1200)	9.653,34
Projeto Embaixada da Noruega	Crédito relativo a gastos excedentes do Projeto Embaixada da Noruega	29.257,69
Total de Créditos a Receber		296.882,08
Terre Des Hommes Suisse	Crédito ref. Aluguel de imóvel a receber ref. mês dez/2018	1.777,22
Êxito Corp. Viagens e Turismo	Crédito de passagem aérea - Faturas nº 279, 292 e 320	4.384,57
O Viajante Viagens e Turismo	Crédito de passagem aérea Faturas nº 3528, 2817 e 5822 (desistência de viagens - saldos)	2.262,87
CONIC	Aluguel - 2011/2012/2013/2014/2015/2016/2017/2018	960,00
Total de Contas a Receber		7.607,44
IRRF - Resgate de Aplicação Banco do Brasil – BB RF CP	Competência de Novembro/2016 (1)	2.412,10
IRRF - Código 0561	A compensar referente pagamento a maior competência out/2017	11,03
Total de Tributos a Compensar		2.423,04
Cia Brasileira de Soluções e Serviços	Adiantamento para compra de Vale Alimentação competência Jan/2019	13.662,00
Total de Adiantamento a Fornecedor		13.662,00
Total Geral		320.574,56

(1) Foi solicitada à Receita Federal do Brasil a restituição/compensação do IRRF e está aguardando deferimento.



4.2. Relação das Contas a Pagar

Apresentamos a seguir relação das Contas a Pagar no valor de R\$ 133.282,61, com base em 31/12/2018:

Quadro VI - Relação de Contas a Pagar em 30/06/2018 (em Real)

Conta	Detalhamento	Valor R\$
INSS	Competência dezembro/2018	12.516,29
FGTS	Competência dezembro/2018 e adiantamento 13º Salário 2018	18.568,67
PIS	Competência Out/2016-Dez/2016 e 13º Sal. 2016, Jan-Dez/ 2017, Jan-Dez/2018, 13º Sal. 2018 (1)	40.350,91
Mensalidade Sindical	Competência dezembro/2018	190,80
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		71.626,67
IRRF 0561	Competência dezembro/2018	38.400,44
IRRF 1708	Competência dezembro/2018	320,52
CSRF (5952) Retenção	Competência dezembro/2018 – (NFs)	1.065,24
PIS (5979) Retenção	Ascontec NF. 186 - competência Dez/15 (valor inferior a R\$10,00)	9,75
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		39.795,95
Telefônica Brasil S/A VIVO	Serviços de telefone/internet - competência dezembro/2018	2.170,52
EMBASA	Contas fornecimento água - competência dezembro/2018	990,40
Sul América S.A.	Seguro acidentes- competência dezembro/2018	268,82
Coelba	Contas fornecimento de energia- competência dezembro/2018	3.224,44
TIM Celular S.A.	Telefonia móvel - competência dezembro/2018	308,20
ARV - Auditores	Auditoria Institucional e Especifica- 2º semestre 2018	12.000,00
Larimar Comércio e Serviço	Serviço de Correios - competência dezembro/2018	133,35
Zurich Santander Seguradora	Apólice Seguro de Vida em grupo	2.764,26
FORNECEDORES DE SERVIÇOS		21.859,99
Total a Pagar		133.282,61

- (1) O valor de R\$ 40.350,91 se refere a suspensão de pagamento do PIS pela CESE, iniciada a partir de outubro/2016. Consta no processo judicial nº 29488-67.2016.4.01.3300, em andamento no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção judiciária da Bahia, a solicitação para restituição do PIS - Programa de Integração Social sobre a folha de pagamento (código de receita 8301) dos últimos cinco anos, no montante de R\$ 78.615,47, e suspensão de recolhimento, atualmente no valor de R\$ 40.350,91, sem correção. Verificamos que a tutela antecipada foi diferida a partir 21 de outubro de 2016.



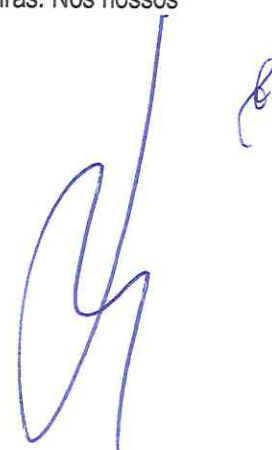
5. Demonstração dos Saldos das Disponibilidades Financeiras

Apresenta-se a seguir, a situação dos saldos das disponibilidades financeiras em Caixa e Bancos em 31/12/2018, com saldo de R\$ 4.871.909,04, que conciliam com a posição financeira demonstrada no livro Razão e no Balanço Patrimonial da CESE.

Quadro VII - Disponibilidades Financeiras – 31/12/2018		
Conta	Tipo	Valor R\$
CAIXA		
Caixa		4.312,87
	Subtotal Caixa	4.312,87
BANCOS - CONTAS CORRENTES		
Banco Bradesco S.A. (42.144-8)	Conta movimento	6.127,79
Banco do Brasil S.A. (106.604-8)	Conta movimento	7.809,79
Banco Santander S.A. (13.000791-1)	Conta movimento	7.295,33
Banco do Brasil S.A. (119.756-4)	Conta movimento	342,64
Banco Santander S.A. (13.003517-4) U.E.	Conta movimento	2.078,10
Banco Santander S.A. (13.003809-8) HEKS	Conta movimento	3.040,59
Banco do Brasil S.A. (12.7053-2) ABONG	Conta movimento	3.736,55
	Subtotal - Bancos Contas Movimentos	30.430,79
BANCOS - APLICAÇÕES IMEDIATAS		
C.E.F. (003.003431-0)	FIC Personal RF LP	833.650,37
Banco Bradesco S.A. (42.144-8)	FIC FI ref.DI Special	477.301,12
Banco do Brasil S.A. (106.604-8)	BB RF Corporativo	713.770,20
Banco Santander S.A. (13.000791-1)	FIC FI Mix RF	1.834.265,77
Banco Santander S.A. (13.003517-4) U.E.	FIC FI MIX RF - U.E	722.318,98
Banco Santander S.A. (13.003809-8) HEKS	FIC FI MIX RF - HEKS	62.446,19
Banco do Brasil S.A. (12.7053-2) ABONG	BB RF LP 30- ABONG	193.412,75
	Aplicações a Curto Prazo	4.837.165,38
	Total Geral	4.871.909,04

Nota:

As informações mencionadas no quadro acima foram confrontadas com as conciliações de contas contábeis e com os extratos de contas correntes e de aplicações financeiras, emitidos pelas respectivas Instituições Financeiras. Nos nossos exames não foram detectadas divergências.



V. CONTROLES ADMINISTRATIVO, CONTÁBIL E PATRIMONIAL

Os controles internos auxiliares de gestão se mostram suficientes e adequados a atender de maneira eficaz às exigências feitas pelas agências financiadoras dos projetos e ao modelo de gestão da CESE, bem como lhe permite gerir com maior eficiência os recursos financeiros e materiais.

1. Controles Administrativos

O sistema de controle de projetos e movimentação financeira é informatizado e permite maior velocidade nas informações gerenciais. O sistema contempla informações para controle orçamentário, financeiro e administrativo, apresentando bom nível de segurança no acesso aos dados processados. Utiliza-se senhas de acesso por níveis de usuários.

2. Controles Financeiros

A CESE possui mecanismos de monitoramento dos controles internos financeiros considerados satisfatórios.

2.1. Caixa Geral e Fundo Fixo

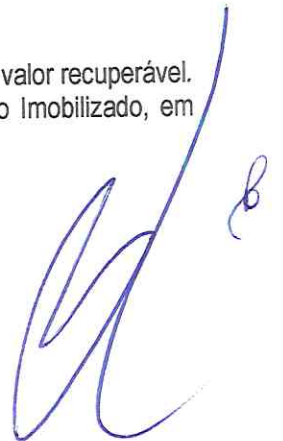
Os gastos de pequeno valor são pagos através do fundo fixo, que é controlado por um funcionário do Setor Financeiro e é prestado contas periodicamente. O caixa geral é utilizado para efetuar pagamentos aos fornecedores em valores de até R\$ 2.000,00.

3. Controles Patrimoniais

O controle físico dos bens patrimoniais é efetuado por meio de listagens computadorizadas, onde os bens tem um identificador sequencial. Entretanto, faz-se necessária a atualização e afixação das plaquetas nos bens fisicamente.

Reiteramos também sobre a situação da avaliação dos bens do imobilizado, que deverá ser verificado, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de desvalorização. Ou seja, a Entidade tem de avaliar sempre se seus bens continuam capazes de gerar benefícios econômicos ou não. Caso necessário, é preciso atribuir o valor que os bens estão a merecer.

Se isso não vier a ocorrer, a Auditada deve efetuar a avaliação do bem, para efeito de redução ao seu valor recuperável. Com base nesse entendimento, faz-se necessário que a CESE proceda a atualização do seu Ativo Imobilizado, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.



3.1. Aquisições de Bens de 1/07/2018 a 31/12/2018.

Durante o segundo semestre de 2018, foram adquiridos os seguintes bens para o acervo patrimonial, com origem de recursos da CESE, conforme relacionados no abaixo:

Quadro VIII - Aquisição de Bens em 2018

Data	NF	Descrição do Bem	Valor
02/03/2018	25441	01 Forno Micro-Ondas LG	419,00
26/02/2018	76503	01 Unidade Externa/Interna Split HW 12000 BTUS Eco Turbo Eletrolux	1.369,78
23/02/2018	120038	01 Computador AOC L3300 Monitor 15,6 pol./ teclado/Mouse/Estabilizador	1.358,59
Subtotal - 1º Semestre/2018			3.147,37
27/08/2018	196.682	02 Unidade Externa/Interna Split Hw 12000 Btus Midea	3.905,00
13/09/2018	200.323	01 Unidade Externa/Interna Split Hw 12000 Btus Midea	1.307,00
20/12/2018	377	Sistema De Monitoramento Se Segurança Com 06 Câmeras/ DVR/HD	3.068,77
15/08/2018	125987	01 Notebook Log Celeron 14 4143 M3	2.824,40
Subtotal - 2º Semestre/2018			11.105,17
Total 2018			14.252,54

4. Controles Contábeis

A escrituração contábil da Entidade é efetuada por escritório de contabilidade contratado, com sede na cidade de Salvador. O contador responsável é Cesar A. Boria Fernandez Cardillo, CRC/BA-16306 0-0. Salieta-se que os lançamentos contábeis são efetuados pelos colaboradores Entidade, a qual dispõe de sistema de contabilidade próprio e o escritório contábil realiza visitas periódicas à Entidade para efetuar os ajustes e as conciliações contábeis.

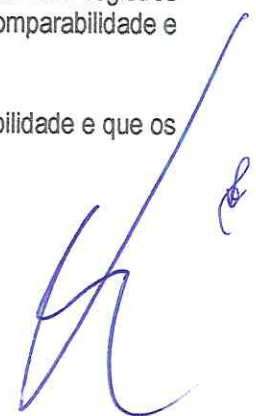
A mencionada escrituração contábil está devidamente fundamentada nas Normas Brasileiras de Contabilidade e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a ITG 2000 e a ITG 2002. Observamos em nossos exames que os registros contábeis de todas as transações e a apresentação dos relatórios contábeis estão em conformidade com as regras expostas na Resolução CFC n.º 1409/2012, Resolução CFC n.º 1.374/2011 e Resolução CFC n.º 1.185/2009, observando em particular a premissa contábil da continuidade e o regime de competência.

4.1. Demonstrações Contábeis

Para os trabalhos da auditoria, foram apresentados os registros contábeis através do livro Razão e das Demonstrações Contábeis do segundo semestre de 2018, relacionadas no ANEXO I.

A auditoria selecionou, por amostragem, contas específicas dos grupos de disponibilidade, valores a pagar e receber e receitas e despesas, consideradas relevantes, com objetivo de obter segurança dos procedimentos dos registros contábeis realizados no período auditado. Na oportunidade, foram executados testes de reconciliação, comparabilidade e uniformidade dos relatórios financeiros emitidos pela Entidade.

Como conclusão, a auditoria confirmou que a Entidade vem atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e que os testes aplicados não revelaram fatos significativos para reporte neste relatório.



VI. RECURSOS HUMANOS

Os registros de pessoal em 31 de dezembro de 2018 estão de acordo com legislação trabalhista, cujos aspectos relevantes estão comentados a seguir:

1. Aspectos da Legislação do Trabalho

A CESE tem seu quadro de pessoal composto de 23 (vinte e três) empregados regidos pela CLT, sendo 21 cadastrados com contrato por tempo indeterminado e 2 por tempo determinado, encerrando em abril de 2019.

No período auditado, não ocorreu nenhum evento de admissão e demissão;

As férias coletivas ocorreram no período de 2 a 22 de janeiro de 2018, conforme comunicação ao Ministério do Trabalho.

Nos exames efetuados nos documentos de suporte contábil, selecionados por amostragem, não foram detectados pontos de atenção contrários à legislação trabalhista a serem mencionados neste relatório.

2. Planos e Benefícios

Existe plano de benefícios aos empregados do tipo seguro de vida e plano de saúde (percentual com a participação financeira dos beneficiários), conforme Acordo Coletivo.

3. Passivo Trabalhista

3.1. Imediatos

Correspondem às obrigações trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamentos mensal, exclusive a Previdência Social parte empregador e terceiros, que a CESE está isenta do seu pagamento.

Inexistem pendências de pagamentos ou incidência de juros por atraso, durante o período auditado. Os recolhimentos vêm sendo efetuado dentro dos prazos estipulados em plena normalidade.

3.2. Mediatos

Corresponde, atualmente, como situação de fato, às obrigações trabalhistas futuras, tais como férias, décimo terceiro salário e os respectivos encargos sociais incidentes. Esses valores vêm sendo devidamente provisionados na contabilidade, para pagamentos futuros, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 240.634,96, a serem liquidados durante os exercícios seguintes.

Recife, 26 de março de 2019.


ARV – Audidores e Consultores Independentes Ltda.
Registrada no CRC/PE sob n° 706.


Cleide Maria Leite
CPF nº 371.289.304-34
CRC nº 017.413/O-PE
IBRACON nº 4975
CNAI nº 4849

CML.

CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

Anexo I:

Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Período, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas – 31/12/2018.

CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

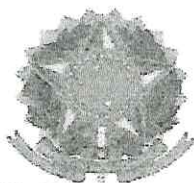
Anexo II:

Relatório Financeiro Institucional, Detalhes de Gastos e Receita X Gastos X Fontes de Recursos – 31/12/2018

***CESE – COORDENADORIA
ECUMÊNICA DE SERVIÇO***

Anexo III:

***Certidão de Regularidade Profissional
Controle nº 3507.3821.3821.4135***

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE PE**

Certidão n.º: PE/2019/00000144
Nome: CLEIDE MARIA LEITE CPF: 371.289.304-34
CRC/UF n.º PE-017413/O Categoria: CONTADOR
Validade: 05.06.2019
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página <http://200.179.170.130:81/spw/index1.htm>, mediante número de controle a seguir:

CPF : 371.289.304-34 Controle : 3507.3821.3821.4135